

Leitura Fácil e Acessibilidade na Comunicação Interna: apontamentos iniciais de uma possibilidade para as Relações Públicas¹

Isabelle Corrêa de SOUZA²

Guilherme Ferreira de OLIVEIRA³

Suely MACIEL⁴

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, SP

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre o uso de Leitura Fácil (LF) como uma estratégia de acessibilidade na comunicação interna das organizações, tendo em vista que a LF é um recurso que pode proporcionar maior inteligibilidade da informação, em especial no caso das pessoas com neurodivergência e/ou deficiência intelectual. Por ser este trabalho um recorte de uma pesquisa de mestrado em estágio inicial, a metodologia possui uma abordagem qualitativa e exploratória e consiste em uma revisão bibliográfica narrativa. Espera-se contribuir para a discussão do emprego da Leitura Fácil como ferramenta de acessibilidade estratégica para áreas de comunicação organizacional e de comunicação interna.

Palavras-chave: Acessibilidade; Leitura Fácil; Relações Públicas; Comunicação Interna.

Introdução

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022 (PNAD Contínua) (IBGE, 2023), 4% da população possui deficiência intelectual. Além disso, sabe-se que cerca de 71% das pessoas com deficiência encontram-se fora da força de trabalho (IBGE, 2023). Diante disso, percebe-se a importância de leis como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou LBI, (Brasil, 2015) e a Lei de Cotas (Brasil, 1991).

A LBI estabelece medidas que asseguram e promovem o acesso aos direitos, à cidadania e à inclusão social da pessoa com deficiência. Segundo ela, é dever do Estado, da sociedade e das instituições e organizações garantir este acesso. Já a Lei de Cotas foi responsável por estabelecer a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas com mais de 100 funcionários. Entretanto, só as cotas não bastam para garantir a inclusão e o acesso à comunicação, à informação, à socialização e às ferramentas necessárias para que se possa trabalhar (Pereira, 2024; Silva, 2023).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa 6 - Comunicação Intercultural, Interseccionalidade e Governança, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestrando em Mídia e Tecnologia na FAAC/Unesp, isabelle.c.souza@unesp.br

³ Doutorando em Comunicação na FAAC/Unesp e Pesquisador no LIEPP/SciencesPo, guilherme.f.oliveira@unesp.br

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/Unesp, suely.maciell@unesp.br

Segundo Pereira (2024), as organizações tendem a se preocupar mais com o cumprimento de cotas do que em investir em programas de inclusão. De acordo com o autor, há um nível de preocupação em promover certa acessibilidade comunicacional, contudo esse esforço aparenta ser algo individualizado e não se estende à comunicação organizacional de forma geral. Já Silva (2023) constatou que, para muitos gestores, a lei não é o bastante para gerar inclusão e, por isso, é preciso educar e desenvolver profissionais para trabalharem com inclusão.

Haja vista as leis supracitadas, é nítida a necessidade de as organizações, em especial as privadas, aplicarem acessibilidade em suas práticas cotidianas, para que assim possam cumprir, de forma efetiva e genuína, a LBI e Lei de Cotas e assegurar a inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes e na cultura organizacional. Nesse sentido, considera-se que cabe à área de Comunicação Interna (CI) e aos profissionais da área, em especial aos relações-públicas, a responsabilidade de garantir que os trabalhadores com deficiência tenham acesso à comunicação, à informação e à socialização nos ambientes organizacionais (Oliveira, 2024). A partir disso, este trabalho busca refletir sobre o uso de Leitura Fácil (LF) como uma possível ferramenta estratégica de acessibilidade na CI e organizacional e contribuir com a difusão da LF.

Metodologia

Este trabalho, de abordagem qualitativa e exploratória, é um recorte de uma pesquisa de mestrado em estágio inicial, portanto, consiste em um ensaio, baseado em uma revisão bibliográfica narrativa (Rother, 2007), onde as obras foram selecionadas narrativamente para a construção argumentativa do trabalho, e não por meio de uma sistematização.

Acessibilidade e Leitura Fácil

A LBI (2015) define acessibilidade como “possibilidade e condição de acesso, com segurança e autonomia, de espaços, equipamentos, serviços, instalações, por pessoas com deficiência”. Já autores como Greco e Jankowska (2020) defendem que acessibilidade é um instrumento para todos, independentemente de os sujeitos possuírem deficiência ou não.

Uma das formas de se pôr em prática a acessibilidade no ambiente organizacional é por meio da disponibilização de recursos de acessibilidade para a compreensão das informações que circulam na CI (Oliveira, 2024), como por exemplo, adotando métodos de produção de comunicação mais inclusivos, como no caso da Leitura Fácil (Pérez García; Cruz, 2015).

A Leitura Fácil é um método de produção textual que serve para facilitar a compreensão

de textos por meio da tradução de textos complexos para textos simples, dentro do mesmo idioma (Nielsen, 2022). Além disso, a LF também facilita a aprendizagem, o desenvolvimento do senso crítico, o fomento da criatividade e da imaginação (Pulido, 2018).

Vale ressaltar que a LF não é uma simplificação, infantilização ou um resumo de um texto, mas sim uma alternativa que mantém sua essência, suas informações e seu sentido original (García Muñoz, 2015), permitindo que o texto seja compreendido pelo máximo de pessoas possível (Nielsen, 2022). Para isso, a estrutura e a apresentação do conteúdo do texto original é alterada por meio de diferentes artifícios de escrita e formatação, como o uso de orações menores e simples, palavras curtas e cotidianas, imagens, fontes tipográficas específicas, uso de margens mais largas, alinhamento à esquerda, evitar o uso jargões ou explicá-los (García Muñoz, 2015).

Tendo em vista que a LF tem o objetivo de tornar conteúdos escritos mais acessíveis, torna-se nítida sua dimensão comunicacional. Logo, considerando a dimensão educativa e ativista das Relações Públicas e o dever dos profissionais de comunicação de assegurar o acesso à informação e à comunicação, a LF pode ser utilizada por estes profissionais, em especial o relações públicas, como caminho para promover o acesso nas organizações (Pérez García; Cruz, 2015), sobretudo na área da CI.

Relações Públicas Educativas e Ativismo Organizacional

Entre as diferentes vertentes das Relações Públicas, Van Ruler e Vercic (2003) destacam a educativa. Para os autores (2003) é função deste profissional ajudar a tornar todos os membros da organização competentes comunicacionalmente, e, conseqüentemente, capacitá-los para que se comuniquem entre si, independente de suas condições (Almeida; Andrelo, 2022).

Para além de educador comunicacional, o relações-públicas também desempenha o papel de mediador dos relacionamentos organizacionais e, em especial, pode e deveria desempenhar a função de ativista organizacional (Holtzhausen, 2014). Como ativista organizacional, o relações-públicas atua como a consciência social da organização, gerenciando as relações com agentes sociais e transformando sua cultura, estratégias e práticas para que estas reflitam as demandas da sociedade, entre elas a demanda pela inclusão dos trabalhadores com deficiência (Oliveira; Maciel; Andrelo, 2025).

Dadas as funções atribuídas aos relações-públicas e às características da área de CI, entre elas informar, ouvir, conectar e engajar membros de uma organização (Men, 2021) e auxiliar na transmissão da cultura organizacional (Marchiori, 2010), entende-se que a área é um dos

principais campos de atuação para o profissional de Relações Públicas (Men, 2021). Logo, este campo também se mostra como um espaço essencial para o desenvolvimento de estratégias comunicacionais e relacionamento organizacional que buscam promover a inclusão e o uso de práticas acessíveis, como a utilização da LF.

Reflexões e considerações

Silva (2023) defende que “a comunicação organizacional é essencial para garantir que as pessoas com deficiência se sintam pertencentes ao local de trabalho e inseridas na cultura da empresa”. Indo ao encontro, Ruiz e Lima (2018) defendem que ao garantir acessibilidade à informação, fomenta-se a confiança e segurança do indivíduo, a igualdade, a participação e a coesão social, além do desenvolvimento de grupos marginalizados.

Tendo em vista o exposto, percebe-se o potencial da CI como promotora do acesso à informação e à participação ativa e convívio por pessoas com deficiência e de uma cultura organizacional pautada na inclusão. Ao garantir a acessibilidade na CI, como por meio da LF, proporciona-se ao trabalhador experiência de vivenciar o ambiente organizacional. Além disso, enfatiza-se a importância de haver um profissional capacitado para exercer a função de um educador social e comunicacional nas organizações, função esta atribuída ao relações-públicas.

Por fim, defende-se que estes profissionais se apropriarem da LF como uma ferramenta para produzirem uma comunicação interna mais acessível e para ensinarem membros e a organização em si a se comunicarem de forma efetiva com todos os trabalhadores, em especial aqueles que possuem algum tipo de deficiência intelectual, neurodivergência, dificuldade de leitura ou qualquer outra condição que possa se beneficiar de textos acessíveis.

Referências

ALMEIDA, F.; ANDRELO, R. **Relações Públicas Educativas**: educação para a comunicação nos ambientes organizacionais. Canal 6 Editora, 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

GARCÍA MUÑOZ, Ó. Lectura Fácil: accesibilidad a los contenidos escritos. In: **Madrid Accessibility Week: Compartiendo Accesibilidad**: Edición 2014. Universidad Internacional de Andalucía, p. 153-158, 2015.

GRECO, G. M.; JANKOWSKA, A. Media Accessibility Within and Beyond Audiovisual Translation. In: BOGUICKI, L.; DECKERT, M. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Audiovisual Translation and Media Accessibility**. Basingstoke: Palgrave, p. 57-81.7, 2020.

HOLTZHAUSEN, D. R. **Public relations as activism: postmodern approaches to theory & practice**. New York: Routledge, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **PNAD contínua - Pessoas com deficiência 2022**. IBGE, Brasília, 2023.

MARCHIORI, M. R. Os desafios da comunicação interna nas organizações. **Conexão - Comunicação e Cultura**, v 9. n 17, p.145-159, 2010.

MEN, L. R. Evolving research and practices in internal communication. In: MEN, L.R.; TKALAC VERICIC, A. (Eds.). **Current trends and issues in internal communication: Theory and practice**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2021, p. 1-18.

NIELSEN, C. **Manual de Lectura Fácil: como escribir textos accesibles para personas con dificultades lectoras**. EUDEBA, Buenos Aires, 2022.

OLIVEIRA, G. F. **Acessibilidade na/da comunicação interna com pessoas com deficiência visual no ambiente organizacional**. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. Bauru. 2024

OLIVEIRA, G. F.; MACIEL, S.; ANDRELO, R. Ableism in culture and internal communication: meanings evoked by visually impaired workers from the perspective of Public Relations. In: EUPRERA CONGRESS, 26., 2025, Lund. **Proceedings [...]**. Brussels: Euprera, 2025.

PEREIRA, A. C. C. Dimensões de análise para inclusão de pessoas com deficiência no contexto da cultura organizacional. **Organicom**, v. 21, n. 46, p. 100-111, 2024.

PÉREZ GARCÍA, J. M.; CRUZ, L. L. La lectura fácil: una apuesta de valor para las organizaciones. **Revista Española De Discapacidad**, v. 3, n. 1, p. 187-192, 2015.

PULIDO, M. R. Lectura fácil: un modelo de diseño para todos. **Portal de innovación y tecnología de la educación de la Consejería de Educación y Empleo de la Junta de Extremadura**, Mérida, Espanha, 2008.

ROTHER, E. T. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paul. de enf.**, v. 20, 2007.

RUIZ, M.; LUNA, R. Lectura fácil: herramienta que supera las barreras comprensivas y favorece la igualdad de oportunidades. **PARJAP**, n. 90, p. 40-43, 2018.

SILVA, G. L. **Comunicação Organizacional, diversidade e pessoas com deficiência na visão de gestoras e gestores de recursos humanos**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas). Unesp, Bauru, 2023.

VAN RULER, B.; VERCIC, D. Perspectivas europeias das relações públicas. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 24, n. 39, p. 155-172, 2003.